

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026 - TCC FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE
PONTOS DE CULTURA DE SUMARÉ**

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SUMARÉ - SP - PNAB CICLO 2

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 10 - MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL - PONTO DE CULTURA

(Rubricar todas as páginas)

TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 02/2026

1. FINALIDADE	
A Prefeitura de Sumaré, representado pela Secretaria de Cultura e Turismo, e a ENTIDADE CULTURAL celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL - TCC, com a finalidade de executar Projeto Cultural, nos termos do Plano de Trabalho anexo, para implementação da Política Nacional de Cultura Viva – PNCV, mediante as condições estipuladas em suas Cláusulas, nos termos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.740/2023, Portaria MinC nº 200/2025, Portaria MinC nº 206/2025 (Regulamentam a PNAB), na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MinC nº 1/2015, e na Instrução Normativa MINC nº 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura nº 14.903/2024.	

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES			
2.1. ENTE PÚBLICO			
Razão Social:	Prefeitura de Sumaré - Secretária de Cultura e Turismo do Município de Sumaré		
CNPJ:	45.787.660/0001-00		
Endereço completo:	Rua Dom Barreto, 1303 - Centro		
Nome do responsável legal:	Cecília Sousa Teixeira		
Cargo:	Secretária Municipal de Cultura e Turismo		
Registro Geral (RG):	34.015.042-7	CPF: 381.698.828-85	
Ato de nomeação:	029 de 02/01/2025		

2.2. ENTIDADE CULTURAL			
Razão Social:	GRUPO DE APOIO NISFRAM		
CNPJ:	05.036.896/0001-82		
Endereço completo:	Rua Palmiro Novi, nº297 CEP13101-101Bairro Residencial Ipiranga-SUMARÉ-SP		
Nome do responsável legal:	Rosa Maria Góes da Silva		
Cargo:	Presidente		
Registro Geral (RG):	13.761.927-3 SSP/SP	CPF:	137.639.618-10
Endereço completo do responsável legal:	Rua Querubina Maria de Jesus Coelho, 221 – Ipiranga – Sumaré SP – CEP: 13.181-102		

3. OBJETO
3.1. O presente Termo de Compromisso Cultural-TCC tem como objeto a execução de projeto selecionado no EDITAL 03/2026 – TCC FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA DE SUMARÉ, que visa a promoção do acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva - PNCV, conforme Plano de Trabalho anexo. 3.2 O projeto objeto deste Termo deverá contemplar obrigatoriamente, no mínimo, as três Metas padronizadas previstas no Edital nº 03/2026, quais sejam: I – Meta 1: Formação e Educação Cultural; II – Meta 2: Mostra Artística/Cultural; III – Meta 3: Registro e Divulgação; sendo vedada a exclusão de quaisquer dessas metas durante a execução, salvo mediante autorização expressa e motivada da Administração Pública. 3.3 Vinculação ao Edital O presente Termo de Compromisso Cultural-TCC rege-se integralmente pelas disposições do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026 - TCC FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA DE SUMARÉ, por seus anexos, retificações, respostas a impugnações e demais atos complementares regularmente publicados, os quais integram este instrumento para todos os fins de direito, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Da Prefeitura de Sumaré

Incumbe à **Prefeitura de Sumaré** observar as obrigações descritas na Instrução legislação de regência, e as seguintes responsabilidades:

I - coordenar a gestão da PNCV, no âmbito de sua esfera de atuação;

II - atuar em parceria federativa junto ao governo federal, governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, e outras instituições, para efetivação dos objetivos da PNCV previstos em lei;

III - realizar planejamento de desenvolvimento da PNCV, observando o Plano Nacional de Cultura e planos de cultura locais;

IV - garantir recursos humanos, orçamentários, financeiros, logísticos e tecnológicos para implementação da PNCV e efetividade de seus resultados;

V - desenvolver uma gestão pública compartilhada e participativa, por meio da organização e institucionalização das instâncias, fóruns e espaços de diálogos institucionais entre os partícipes da PNCV, em sua área de abrangência territorial;

VI - desenvolver as ações estruturantes da PNCV por meio de políticas públicas integradas visando a promoção em uma cultura de direitos humanos e de valorização da cidadania e da diversidade artística e cultural;

VII - disponibilizar e manter em funcionamento o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura, no âmbito de sua esfera de atuação;

VIII - fomentar ações para qualificação e formação de gestores, dirigentes de entidades culturais e outros agentes envolvidos no âmbito da PNCV;

IX - dar ciência da celebração de parcerias federativas, no que couber, aos conselhos de cultura, assembleias legislativas e câmaras municipais de vereadores para efeitos de acompanhamento e fiscalização;

X - promover ações de publicidade da PNCV que proporcionem controle social, transparência pública e visibilidade das ações junto à sociedade;

XI - contribuir para o fortalecimento da atuação em redes territoriais, identitárias e temáticas no âmbito da PNCV;

XII - realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento e análise da prestação de contas do presente TCC;

XIII - realizar os procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial, quando for o caso;

XIV - cumprir com os procedimentos de transparência e publicidade atribuídos ao poder público conforme o disposto na Seção III da IN MinC nº 08 de 11 de maio de 2016;

XV - repassar os recursos financeiros ao PONTO DE CULTURA, de acordo com a programação orçamentária e financeira do ente público, obedecendo ao cronograma financeiro constante deste instrumento e do plano de trabalho;

XVI - prorrogar “de ofício” o prazo de vigência do TCC antes do seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;

XVII - aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

XVIII - comunicar aos Pontos e Pontões de Cultura a identificação de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou pendências de ordem técnica, podendo suspender a liberação de recursos e fixar prazo de trinta dias para saneamento ou apresentação de justificativa com informações e esclarecimentos, prorrogável uma única vez por igual período.

XIX - analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste TCC, na forma e prazo fixados no Decreto nº 11.453/2023 e no art. 47 da IN MinC nº 08/2016;

XX - nos casos em que o PONTO DE CULTURA não apresentar o Relatório de Execução do Objeto ou o Relatório de Execução Financeira nos prazos devidos, enviar notificação exigindo que o faça no prazo máximo de trinta dias, sob pena de rejeição das contas e exigência de devolução integral dos recursos, com atualização monetária e juros;

XXI - exercer, se conveniente e oportuno, a prerrogativa de assumir ou de transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

4.2. Da Entidade Cultural

Incumbe à Entidade Cultural observar as obrigações descritas na legislação de regência e, ainda, as seguintes responsabilidades:

I - executar o projeto conforme Plano de Trabalho aprovado e produzir provas documentais sobre o andamento da execução do projeto, inclusive das alterações no Plano de Trabalho;

II - cumprir com os procedimentos de transparência e publicidade atribuídos à entidade cultural conforme o disposto no Capítulo IV, Seção III da IN MinC nº 08 de 11 de maio de 2016;

III - divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura/Governo Federal e do ENTE PÚBLICO parceiro em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas, que serão disponibilizadas pela SCDC/MinC e pelo ENTE PÚBLICO parceiro, observadas as restrições vigentes em ano eleitoral, quando for o caso;

IV - desenvolver uma gestão compartilhada e participativa, por meio de instâncias, fóruns e espaços de diálogos junto aos beneficiários em sua área de abrangência;

V - envidar esforços visando atuar nos processos participativos instituídos pelo Sistema Nacional de Cultura-SNC (especialmente as Conferências de Cultura) e pela PNCV (especialmente as TEIAs) em âmbito local, regional e nacional;

VI - estimular a participação ativa dos beneficiários da PNCV nos processos participativos instituídos no SNC e na PNCV em âmbito local, regional e nacional;

VII - contribuir com a organização e funcionamento da Rede Cultura Viva e de suas instâncias, mecanismos e processos de gestão compartilhada, participação e controle social;

VIII - manter seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, atendendo à chamada anual de atualização de dados;

IX - dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TCC, em sua sede e no seu sítio eletrônico, sendo vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou a empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

X - permitir livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do tribunal de contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Instrução Normativa/MinC nº 8/2016, bem como aos locais de execução do objeto;

XI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XII - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TCC, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública concedente pelos respectivos pagamentos ou qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XIII - prestar contas dos recursos recebidos, conforme acordado neste Termo e na forma dos atos normativos que se relacionam com o tema;

XIV - guardar os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas, estando ciente de que a documentação de comprovação fiscal em princípio não será exigida, mas deve ser obtida e guardada pela entidade cultural pelo mesmo prazo, e inclusive pode ser solicitada para fins de demonstração de cumprimento de obrigações perante outras autoridades estatais, tais como os órgãos de fiscalização tributária, previdenciária e trabalhista, órgãos de controle interno e externo do Governo Estadual ou Federal; e

XV - adquirir e manter em bom estado equipamentos multimídia, direcionados à cultura digital, que contribuam com o objeto pactuado, salvo quando a Entidade declare que já possui equipamento em adequadas condições de manutenção e funcionamento, comprometendo-se a disponibilizá-lo para uso na execução da parceria.

XVI - declarar, no ato da assinatura deste Termo e durante toda a sua vigência, a veracidade das informações relativas ao núcleo proponente, comprometendo-se a não utilizar fracionamento artificial de propostas, interposição de terceiros, multiplicidade de CPFs ou CNPJs, estruturas formais distintas ou quaisquer outros meios destinados a burlar os limites de inscrição ou de apoios estabelecidos no Edital, sob pena de rescisão do Termo e aplicação das sanções cabíveis.

XVII - respeitar os limites máximos de projetos apoiados por núcleo proponente no conjunto dos editais vinculados à Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, conforme definido no Edital, ciente de que a extrapolação desses limites, ainda que identificada posteriormente à assinatura deste Termo, poderá ensejar o cancelamento do apoio, a rescisão do instrumento, a devolução dos

recursos recebidos, quando cabível, com a devida atualização monetária, e a adoção das demais medidas administrativas cabíveis..

XVIII - executar integralmente as medidas de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal previstas no Plano de Trabalho aprovado, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e com o Edital nº 03/2026, bem como comprovar sua efetiva implementação no Relatório de Execução do Objeto, ciente de que a não execução, a execução insuficiente ou a ausência de comprovação poderá ensejar diligência, reprovação parcial ou total da execução e aplicação das sanções cabíveis.

XIX - responsabilizar-se, de forma exclusiva, integral e intransferível, pela regularização, obtenção de autorizações, pagamento e comprovação de todos os direitos autorais, direitos conexos e direitos de execução pública eventualmente incidentes sobre o projeto cultural apoiado, inclusive aqueles administrados pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD ou por outras entidades de gestão coletiva, quando aplicável, isentando expressamente o Município de Sumaré e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de qualquer responsabilidade administrativa, civil ou judicial.

XX - comprovar a regular quitação dos direitos autorais, conexos e de execução pública, quando aplicável, no âmbito da prestação de contas do projeto, mediante documentação idônea, sob pena de reprovação parcial ou total da execução e adoção das medidas administrativas cabíveis.

XXI - nas divulgações realizadas na rede social Instagram, utilizar, sempre que disponível, a funcionalidade de publicação em colaboração (“post em colaboração”), incluindo a conta oficial da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Sumaré (@culturasumare) como colaboradora da postagem, devendo, na hipótese de impossibilidade técnica devidamente justificada, realizar a marcação do perfil oficial e registrar, no Relatório de Execução do Objeto, a ocorrência e a forma alternativa de divulgação adotada, para fins de monitoramento e fiscalização.

XXII - Nos casos de substituição de dirigentes, coordenadores ou responsáveis pelas ações do projeto durante a vigência do Termo, a entidade cultural compromete-se a preservar, sempre que possível, as condições que fundamentaram o enquadramento em cotas ou ações afirmativas, comunicando previamente à Administração Pública eventuais alterações que possam impactar esse enquadramento.

XXIII - Reconhecer que a seleção no Edital e a celebração do Termo de Compromisso Cultural não afastam a responsabilidade contínua pelo fiel cumprimento das normas editalícias, legais e regulamentares aplicáveis à Política Nacional de Cultura Viva e à Política Nacional Aldir Blanc, inclusive quando fatos supervenientes forem identificados.

5. DOS VALORES

Para execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste TCC, serão disponibilizados pelo Ente Público recursos no valor total em desembolso único de R\$ 101.872,86 (cento e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) em parcela única, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, correspondente à Nota de Empenho **1187, de 21/01/2026**.

5.1 Da movimentação dos recursos financeiros

Os recursos referentes ao presente Termo de Compromisso Cultural, a serem desembolsados pelo Ente Público, serão depositados e geridos em conta específica de instituição financeira indicada pela entidade cultural, na **Agência: 8193-0 Banco do Brasil, nº Banco 001, Conta Corrente Nº 1433-8 na cidade Sumaré, UF SP**, em conformidade com os prazos estabelecidos no Cronograma Financeiro constante do Plano de Trabalho.

5.1.1 Os recursos depositados nesta conta bancária específica, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança, ou

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.1.2 Os recursos deste Termo de Compromisso Cultural serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no objeto do TCC, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, ainda que decorrentes de necessidade emergencial do PONTO DE CULTURA.

5.1.3 Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser aplicados para manter o poder de compra dos recursos da parceria, bem como para ampliação ou criação de metas, durante a vigência do TCC, desde que contribuam para a execução do objeto, ou para incremento deste.

5.1.4 O uso de rendimentos para as finalidades descritas no item 5.1.3 poderá ser realizado sem autorização prévia da administração pública, desde que seja descrito no Relatório de Execução do Objeto, com motivação.

5.1.5 O remanejamento de recurso no plano de trabalho poderá ocorrer desde que:

I - seja realizado durante a vigência do TCC;

II - tenha como finalidade o cumprimento do objeto pactuado;

III - não altere o valor global do orçamento aprovado no TCC.

5.1.6 Após a conclusão, rescisão ou extinção deste TCC, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos pelo PONTO DE CULTURA à Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré, no prazo de trinta dias.

6. DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

6.2 A Secretaria de de Cultura e Turismo de Sumaré produzirá registros sobre suas atividades de acompanhamento e monitoramento, por meio de certidões, memórias de reunião, relatórios ou outros documentos técnicos, podendo propor à entidade cultural a reorientação das ações ou a realização de ajustes para aprimorar a execução do objeto do Termo de Compromisso Cultural.

6.3 Os TCCs estarão também sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação e ao acompanhamento por comissões e conselhos de políticas públicas da área cultural.

6.4 Identificada, durante a execução do projeto, qualquer inconsistência, omissão sanável, inadequação formal ou necessidade de esclarecimento relacionada ao cumprimento do objeto, das metas ou das obrigações pactuadas, a Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré poderá instaurar diligência, concedendo prazo para manifestação, ajuste ou saneamento, antes da adoção de medidas restritivas ou sancionatórias.

7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias após o fim da vigência do TCC, contendo:

I - relato das atividades realizadas para o cumprimento do objeto, que deve tratar sobre o alcance dos objetivos, sobre ações eventualmente realizadas para promover a acessibilidade e os desdobramentos do projeto, tendo por referência as informações constantes no plano de trabalho;

II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir das informações constantes do plano de trabalho, podendo a comprovação sobre os produtos e serviços relativos às metas se dar pela apresentação de fotos, listas de presença, vídeos, entre outros;

III - material que comprove a execução de cada item de despesa e a consecução de cada uma das metas (fotos, listas de presença, vídeos, entre outros) descrito no Plano de Trabalho.

7.1.1 O Relatório de Execução do Objeto Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III – conter, anexados ao próprio Relatório de Execução do Objeto, documentos idôneos e suficientes para a comprovação do cumprimento integral do objeto pactuado, apresentados de forma organizada, sequencial e cronológica, correspondentes às etapas efetivamente realizadas, incluindo, no mínimo:

- a) declarações de realização das atividades ou eventos, quando cabível, devidamente identificadas quanto a data, local, carga horária, público atendido e responsável;
- b) registros fotográficos e/ou audiovisuais das ações executadas, inseridos no corpo do relatório ou como anexos internos ao documento, acompanhados de descrição objetiva que identifique a atividade comprovada, a data, o local e sua vinculação às metas e rubricas do Plano de Trabalho;
- c) clipping de matérias jornalísticas, publicações em meios digitais, registros de divulgação institucional, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas e demais materiais de comunicação produzidos ou utilizados no âmbito do projeto;
- d) outros documentos pertinentes e adequados à natureza da ação cultural executada, que permitam verificar, de forma objetiva, a realização das atividades, o atendimento ao público, o cumprimento das metas e a execução das despesas previstas.

Parágrafo único. Todos os elementos comprobatórios deverão estar consolidados em um único documento, apresentado em formato PDF, devendo o relatório demonstrar, de maneira clara e encadeada, a correspondência entre as atividades realizadas, o cronograma executado e as rubricas previstas no Plano de Trabalho aprovado. Admite-se, de forma complementar e sem substituição da documentação principal, a indicação de links públicos para conferência de postagens em redes sociais, publicações digitais, vídeos e outros conteúdos online, desde que também haja registro mínimo desses materiais no próprio relatório

7.2 Os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto deverão ser guardados pelo PONTO DE CULTURA pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas.

7.3 O prazo de apresentação do Relatório de Execução do Objeto poderá ser prorrogado por até trinta dias, mediante solicitação fundamentada do PONTO DE CULTURA.

7.4 Caso a Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré verifique que houve inadequação na execução do objeto, o PONTO DE CULTURA será notificado para apresentar Relatório de Execução Financeiro, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da notificação, contendo:

- I - relação de pagamentos, com indicação dos beneficiários desses pagamentos e identificação do item de despesa e meta relacionados a cada pagamento;
- II - extrato bancário da conta do TCC, incluindo toda a movimentação desde a abertura até a última movimentação, e conciliação bancária; e
- III - comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos, quando houver.

7.5 A Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré considerará que houve inadequação na execução do objeto quando configurada uma das seguintes hipóteses:

- I - quando for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas; ou
- II - quando for aceita denúncia de irregularidade, mediante juízo de admissibilidade realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré.

7.6 As consequências decorrentes de irregularidades observarão a fase em que forem identificadas, a natureza da infração e o impacto no cumprimento do objeto, sendo vedada a

aplicação automática de glosa quando não houver realização da despesa ou dano ao erário, priorizando-se medidas saneadoras, readequações, ações compensatórias ou reprovação proporcional da execução, nos termos do Decreto nº 11.453/2023 e da Instrução Normativa MinC nº 12/2024.

8. DOS BENS REMANESCENTES

8.1 Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos deste TCC são da titularidade da Entidade Cultural celebrante e ficarão afetados ao objeto do presente TCC durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

8.2 Quando da extinção do Termo de Compromisso Cultural (TCC), os bens remanescentes permanecerão na propriedade da Entidade Cultural, na medida em que os bens sejam úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

8.3 Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a Entidade Cultural, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

8.4 Na hipótese de dissolução da Entidade Cultural durante a vigência do TCC, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

8.5 A Entidade Cultural poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto do Termo de Compromisso Cultural, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

8.6 Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré exclusivamente quando demonstrada, de forma motivada, a impossibilidade de a Entidade Cultural dar continuidade a ações de interesse social, e quando a reversão for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

8.7 A destinação dos bens remanescentes poderá ser alterada por meio da celebração de Termo Aditivo ao TCC, após solicitação fundamentada de uma das partes.

8.8 No caso de término da execução do TCC antes da manifestação sobre eventual solicitação de uma das partes de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da Entidade Cultural até a decisão do pedido.

9. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1 Caso as atividades realizadas pela ENTIDADE CULTURAL com recursos públicos provenientes do Termo de Compromisso Cultural deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a ENTIDADE CULTURAL terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência do Termo de Compromisso Cultural.

9.2 - A ENTIDADE CULTURAL declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, utilize para fins de divulgação da Política Nacional de Cultura Viva, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução deste TCC, da seguinte forma:

9.2.1 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica e marcas;

9.2.2 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:

I - a reprodução parcial ou integral, para fins de divulgação;

II - a tradução para qualquer idioma;

III - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

IV - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

9.3 Quando da extinção do TCC, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, quando a ENTIDADE CULTURAL não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de novo Termo de Compromisso Cultural (TCC), seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de vigência deste TCC será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, excetuadas as prorrogações de ofício por atraso na liberação dos recursos.

10.2 A vigência do TCC poderá ser alterada mediante solicitação da entidade cultural, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do término de sua vigência.

10.3 A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

11. DA RESCISÃO

11.1 É facultado ao Ente Público e à entidade cultural rescindirem este TCC, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

11.2 O Ente Público deverá rescindir este TCC caso seja cancelada a certificação simplificada do Ponto, respeitados os atos jurídicos perfeitos, na forma do art. 11 da Instrução Normativa/MinC nº 8/2016.

11.3 A Entidade Cultural deverá devolver ao Ente Público os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo de trinta dias após a conclusão, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso Cultural (TCC), sob pena de adoção das medidas cabíveis para ressarcimento ao erário, com atualização monetária e demais acréscimos legais, quando aplicáveis.

11.4 Havendo rescisão, a entidade cultural fica obrigada a prestar contas de tudo que fora executado até a data da rescisão, observado o prazo e regras da Seção 7.

12. DA PUBLICAÇÃO

O Ente Público publicará extrato deste TCC no meio oficial de publicidade da administração pública, após a assinatura, para que se inicie a produção de seus efeitos.

13. DO FORO

As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste à prévia tentativa de solução administrativa. As controvérsias que não possam ser resolvidas administrativamente serão submetidas ao foro da Justiça do Município de Sumaré.

14. DATA E ASSINATURAS

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento.

(assinado eletronicamente)

NOME: Rosa Maria Góes da Silva

CARGO: Presidente

Representante legal da entidade cultural

(assinado eletronicamente)

Cecília Sousa Teixeira

Secretária de Cultura e Turismo do Município
de Sumaré